

Migração e o princípio da hospitalidade: por uma eclesiologia e sociedade do acolhimento¹

Migration and the principle of hospitality:
for a welcoming ecclesiology and society

Pamela Santos²

1. Migração: um chamado a olhar o próximo.

A questão mundial da migração nos recoloca sempre de novo o imperativo ético da hospitalidade. Falar do migrante nos remete a um exercício constante de se colocar no lugar do outro e da outra que deixa seu chão, sua realidade e sai em busca, seja forçada ou voluntária, de um novo futuro e de um desejo intrínseco de vida e condições mais adequadas de vivência. São milhões que buscam novas pátrias para sobreviver ou simplesmente para fugir das guerras e encontrar um mínimo de paz. A partir dessa realidade, a hospitalidade passa a ser um direito de todos e um dever para todos, cada pessoa se torna responsável em acolher e ajudar ao próximo, independente da região/cidade/estado/país.

Kant nos ajuda a responder à pergunta: Por que exatamente a hospitalidade? Porque todos os seres humanos estão sobre o planeta Terra e todos, sem exceção, têm o direito de estar nele e visitar seus lugares e os povos que o habitam. *A Terra pertence comunitariamente a todos*, não é uma propriedade particular onde um tem mais direito que o outro, pelo contrário, é um lar de todos (Boff, 2005, p. 40).

¹ Este texto foi apresentado na sessão de comunicações do III Simpósio Internacional sobre Religião e Migração - *Religião e Migração: fronteiras, conflitos e o drama dos refugiados*, realizado na PUC-SP, entre os dias 5 a 7 de junho de 2017.

² Pamela Santos Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua na Pastoral da Juventude e Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB).

Esta cidadania materializada pela hospitalidade geral se rege pelo direito e jamais pela violência. Esse sentido de coabitação da Casa Comum nos torna humanos e sempre em diálogo com o meu próximo que também tem os mesmos direitos e deveres, a mesma dignidade humana de pertença e usufruto. O *império do direito e a difusão da hospitalidade generalizada* devem criar uma cultura dos direitos que penetra as mentes e os corações de todos os cidadãos, gerando de fato a *comunidade dos povos*.

Falar de comunidade dos povos estamos resgatando o quão necessário é uma comunidade na vida de uma pessoa. Viver em comunidade nos torna capazes de sentir mais humanos, abertos ao diálogo com o outro e tolerante para com a cultura que cada pessoa carrega dentro de si. Todos nós coabitamos a mesma casa que é sagrada onde deve-se ter o respeito e o espaço para todos os povos.

Tanta é a solidariedade e o espírito de hospitalidade que o sofrimento de um é o sofrimento de todos e o avanço de um é o avanço de todos. Parece o Papa Francisco falando dos seres humanos como seres de relação e que participam das dores dos outros. A paz, segundo Kant, resulta da vigência do direito, da cooperação juridicamente ordenada e institucionalizada entre todos os estados e povos. Os direitos são para ele, “o mais sagrado que Deus colocou na Terra”. Portanto a paz não é algo abstrato e nem uma realidade distante, mas ela deve ser um motor que impulsiona nosso agir, para assim praticarmos o bem comum.

O direito supõe total abertura do outro ao outro e a confiança incondicional. Isso é factível para os seres humanos. Se não nos revestirmos desta boa-vontade, não vamos encontrar uma saída para a desesperadora crise social que dilacera as sociedades periféricas e os milhões de refugiados que se dirigem à Europa. E essa vontade e empatia que nos faz sair de nossa zona de conforto e ir lutar para que todo migrante consiga ter seus direitos respeitados.

O Brasil reproduz em miniatura a dramaticidade mundial. Grande parte de nossas elites nunca pensou uma solução para o Brasil como um todo, mas somente para si. Se a boa vontade é assim tão decisiva, então urge suscitá-la em todos. Todos têm o dever de hospedar e o direito de ser hospedado porque vivemos na mesma Casa Comum.

A ética é um marco central da civilização, indispensável para fundamentar a consciência humana do fenômeno migratório. Por meio dos princípios éticos, o migrante torna-se corresponsável e solidário. É imprescindível estabelecer balizas éticas que regulem a solução das complexas questões levantadas pelas migrações.

Sempre houve migrantes ao longo da história. Mas eles nunca tiveram tantas restrições nem sofreram tantas discriminações como nos dias atuais. E qual seria o motivo de tanta desigualdade? É a grande desigualdade econômica e social que vem agredindo a dignidade das pessoas. Quanto mais a riqueza estiver concentrada e maiores os privilégios a defender, mais se teme a presença dos migrantes.

2. Cristo “estrangeiro” e Maria ícone viva da mulher migrante (PCPMI, p. 20).

O cristão vê e contempla no estrangeiro, não só o próximo, mas o próprio rosto de Cristo. O Cristo que nasceu numa terra que não era sua e, estrangeiro, foge para o Egito, assumindo e recapitulando em si esta experiência fundamental do seu povo (cf. Mt 2,13 ss.). Nascido fora de casa, e proveniente de fora da Pátria (cf. Lc 2,4-7), “habitou no meio de nós”, se insere em uma realidade diferente para viver sua vida e missão. (cf. Jo 1, 11.14) Transcorre a sua vida pública, itinerante, percorrendo “cidades e vilas” (cf. Lc 13,22; Mt 9,35). Ressuscitado, e, todavia, ainda estrangeiro e desconhecido, aparece no caminho de Emaús, aos dois discípulos que o reconheceram somente ao partir do pão (cf. Lc 24,35). Os cristãos são chamados, portanto, ao seguimento de um viandante *que não tem onde repousar a cabeça*. É mais do que viver em constante peregrinar, todos os cristãos são chamados a acolher qualquer pessoa que sai de sua terra e busca a vida plena.

Maria, a Mãe de Jesus, nesta linha de consideração, pode ser contemplada igualmente como ícone vivo da mulher migrante. Ela deu à luz o seu Filho longe de casa (cf. Lc 2,1-7) e foi obrigada a fugir para o Egito (cf. Mt 2,13-14). Ao falarmos da migração precisamos dar devida atenção às mulheres que muitas vezes são forçadas a migrar para acompanhar a família, onde deixa para trás seus sonhos e apenas vive em função do outro.

A acolhida do estrangeiro que caracteriza a Igreja nascente, permanece, no entanto, como a marca perene de todo ser religioso. Essa fica como que marcada por uma vocação ao exílio, à diáspora, à dispersão entre as culturas e as etnias, sem nunca se identificar completamente com nenhuma dessas, de outra maneira cessaria de ser, sem dúvida, primícias e sinal, fermento e profecia do Reino universal e comunidade que acolhe cada ser humano, sem preferência de pessoas e de povos. A acolhida do estrangeiro é inerente, portanto, à natureza própria da Igreja e testemunha a sua fidelidade ao Evangelho. Acolher meu próximo é também acolher o Ressuscitado que se faz presente naquele ou naquela que precisa de lugar para repousar (PCMIP, p. 22).

Uma leitura atenta dos documentos e das disposições emanadas até agora pela Igreja sobre o fenômeno migratório nos leva a salientar algumas importantes aquisições teológicas e pastorais, tais como: a centralidade da pessoa e a defesa dos direitos do homem e da mulher migrante e dos seus filhos; a dimensão eclesial e missionária das migrações; a revalorização do apostolado dos leigos; o valor das culturas na obra de evangelização, entre outras ações; a tutela e a valorização das minorias, também no interior da Igreja; a importância do diálogo *intra* e *extra* eclesial; a contribuição específica da emigração para a paz universal.

Estes documentos apresentam também a dimensão pastoral do empenho para com os migrantes. Na Igreja todos devem, de fato, encontrar a *sua Pátria*, esse

é o mistério de Deus entre os homens, mistério de Amor mostrado pelo Filho Unigênito, especialmente na sua morte e ressurreição, a fim de que todos *tenham vida, e a tenham em abundância* (Jo 10,10), todos encontrem a força para superar as divisões e, assim, façam que as diferenças não levem à ruptura, mas à *comunhão mediante a acolhida do outro na sua diversidade legítima*.

Assim a pluralidade cultural estimula o homem contemporâneo ao diálogo e ao confronto, também sobre grandes questões existenciais como o sentido da vida e da história, do sofrimento e da pobreza, da fome e das doenças, e da morte. Porém a abertura às diversas identidades culturais não significa aceitá-las todas, indiscriminadamente, mas respeitá-las – porque inerente às pessoas – e, eventualmente, valorizá-las na sua diversidade. A *relatividade* das culturas foi, no entanto, salientada também pelo Concílio Vaticano II (cf. GS 54, 55, 56, 58). A pluralidade é riqueza e o diálogo já é realização, embora imperfeita e em contínua evolução, daquela unidade definitiva à qual a humanidade aspira e está chamada.

Concretamente, as opções pastorais específicas para a acolhida dos migrantes podem ser assim delineadas: Cuidado de um determinado grupo étnico ou ritual, que tende a promover um verdadeiro espírito católico (cf. LG 13). A urgência de preservar a universalidade e estimular a unidade deve ser um pilar de sustentação para uma ação pastoral específica que vá de encontro com a realidade vivida pelos migrantes. Grande importância, por isso, da língua materna dos migrantes, através da qual, esses exprimem a mentalidade, as formas de pensamento e de cultura e os próprios caracteres da sua vida espiritual e das tradições das suas Igrejas de origem (cf. DPMC 11). Poder se expressar e ser compreendido é o desejo e uma necessidade imprescindível a toda pessoa, a fala expressa uma maneira de ser.

A estrutura e a metodologia de uma ação pastoral específica são colocadas no contexto do fenômeno migratório o qual, colocando em contato entre si pessoas de diferentes nacionalidades, etnias e religiões, contribui para tornar visível a autêntica fisionomia da Igreja e valoriza a força ecumênica e dialógico-missionária das migrações. De fato, é também através dessas ações pastorais que se realizará entre os povos o plano salvífico de Deus (cf. At 11,19-21). Portanto, pensar uma pastoral que vá ao encontro dos migrantes exige um preparo e um trabalho conjunto com outras ciências que sejam capazes de iluminar os caminhos que precisem ser percorridos.

3. Acolhida e solidariedade.

Para tal fim, é importante que a comunidade não considere concluído o seu dever para com os migrantes realizando simplesmente gestos de ajuda fraterna, ou também defendendo leis que promovam uma digna inserção na sociedade, que respeite a identidade legítima do estrangeiro. Isto é, os cristãos devem ser

promotores de uma autêntica *cultura da acolhida*, sabendo apreciar os valores verdadeiramente humanos dos outros, acima de todas as dificuldades que comporta a convivência com quem é diferente de nós.

Os cristãos realizarão tudo isto a partir de uma acolhida verdadeiramente fraterna, respondendo ao convite de São Paulo: *Acolhei-vos uns aos outros, como também Cristo vos acolheu, para a glória de Deus* (Rm 15,7). O ato de acolher e hospedar deve estar enraizado em nosso agir ético.

Os migrantes de diversas religiões devem ser sustentados, em cada caso, no que é possível, a fim de que conservem a dimensão religiosa de suas vidas. Por sua realidade de vida, os migrantes levam consigo sua pertença religiosa. Porém, o diálogo entre as religiões não deve ser entendido somente como busca de pontos comuns, para construir juntos a paz, mas sobretudo como ocasião para recuperar as dimensões comuns dentro das próprias comunidades. Portanto é fundamental que as Igrejas desenvolvam uma espiritualidade que assuma o pluralismo cultural e religioso, que seja capaz de promover a cultura da paz, o protagonismo e a libertação.

Essa postura teológica poderá ser instrumento do próprio serviço pastoral. Uma atitude de respeito à dignidade dos migrantes é acolher a sua forma de fé, colaborar para que se insiram nas comunidades ou para que possam constituir comunidades próprias sem se sentirem a margem e, ao contrário, dando sua colaboração própria para a integração de todos em uma sociedade plural e comprometida com os direitos.

4. Por um compromisso com os migrantes.

O testemunho dos cristãos na construção do Reino de Deus é certamente o vértice de um conjunto de importantes questões entre as quais estão as relações Igreja-mundo, fé-vida e caridade-justiça. A pastoral de conjunto significa aqui, sobretudo, comunhão que saiba valorizar a pertença a culturas e povos diferentes, em resposta ao plano de amor do Pai, que constrói o seu Reino de paz – por Cristo, com Cristo e em Cristo – na potência do Espírito, no entrelaçar-se dos acontecimentos históricos, complexos, muitas vezes aparentemente contraditórios (cf. *NMI* 43).

As migrações hodiernas constituem o maior movimento de pessoas, e quiçá de povos, de todos os tempos. Esses nos levam a encontrar homens e mulheres, nossos irmãos e irmãs, que por motivos econômicos, culturais, políticos ou religiosos abandonam, ou são obrigados a abandonar, as suas casas, para encontrar-se, na maioria das vezes, em campos de refugiados, em megalópoles, onde o migrante partilha com frequência a marginalização com o operário desempregado, o jovem desadaptado, a mulher abandonada. Por isso, o migrante está sedento de “gestos” que o façam sentir-se acolhido, reconhecido e valorizado como pessoa. Até mesmo uma simples saudação é um destes gestos.

A pastoral específica *para, entre e com* os migrantes, exatamente porque é de diálogo, de comunhão e de missão, se tornará então expressão significativa da Igreja, chamada a ser encontro fraterno e pacífico, casa de todos, edifício sustentado pelas quatro pilastras, a que se refere o Papa João XXIII na *Pacem in terris*, isto é, a verdade e a justiça, a caridade e a liberdade, frutos daquele evento pascal que, em Cristo, reconciliou tudo e todos. Deste modo, essa manifestará plenamente o seu modo de ser casa e escola de comunhão (cf. *NMI* 43), de reconciliação pedida e concedida, de mútua e fraterna acolhida e de autêntica promoção humana e cristã. Assim “afirma-se sempre mais a consciência da inata universalidade do organismo eclesial, no qual ninguém pode ser considerado estrangeiro ou simplesmente hóspede, nem ser de qualquer modo marginalizado” (BARRETO, 2010, p. 32).

“Os migrantes são profetas de mudança”. Essa constatação serve não só de termômetro para verificarmos a incidência das migrações na realidade que vivemos, mas também de alerta para as providências que precisam ser tomadas, para irmos de encontro as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais das migrações. O fenômeno migratório aponta para a necessidade de repensar um mundo não mais baseado na competitividade, mas na solidariedade; não na concentração de poder e bens, mas na partilha; não no fechamento de fronteiras, mas na cidadania universal, mas em um mundo não baseado pelo consumo desenfreado, mas em uma sociedade sustentável, em que haja lugar e vida plena para todos.

5. Por uma eclesiologia e sociedade do acolhimento.

Notamos que é urgente pensar e lutar para uma cultura do acolhimento, onde todos possam entender que acolher o próximo é algo sagrado. É sagrado dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede e pouso a quem cansado está. Em tempos onde cada um vive isolado em seu mundo particular, despertar para humanidade se faz urgente para salvaguardarmos a Terra e todos os seus habitantes. Somente a partir de uma eclesiologia do acolhimento entenderemos que ser religioso é ter uma conduta que promova a paz e a vida, e a vida plena para todas e todos.

Não podemos deixar que a dignidade humana seja violada ou ferida, não podemos cair na tentação de viver uma prática religiosa que seja separada da irmã ou do irmão de nossas comunidades. Mas esse olhar de atenção não deve ser voltado não somente para membros de nossas comunidades, mas para qualquer outra pessoa, independentemente de sua prática religiosa.

Para que aconteça de fato uma eclesiologia do acolhimento, precisamos superar a cultura da indiferença. Superar essa cultura que está impregnada em nossa sociedade torna-se um desafio onde, a cada dia as pessoas vivem isoladas

em suas realidades e o outro passa a ser visto como inimigo e rival. Com o avanço das grandes cidades grupos se formam, porém, não se integram, fazendo com que cada vez mais as pessoas não se importem com causas que afetam o bem comum (cf. BOFF, 2005, p. 51).

Outra mentalidade que também precisa ser superada é a cultura do descarte. Para que o outro não seja visto como objeto, precisamos reforçar os sentidos e princípios que norteiam as relações humanas. Não podemos conviver com a ideia de que as pessoas são literalmente jogadas no lixo, é preciso apresentar propostas que andem na contramão de todas essas ondas fundamentalistas que nos impedem de enxergar cada pessoa que passa por nós, cada migrante que precisa também de espaço, respeito, condições de sobrevivência e políticas públicas específicas.

Conclusão

Sabemos que a quantidade de pessoas que migram é significativa e, sabemos também que a maioria dessas pessoas está sendo tratada como inferiores simplesmente por não terem nascido e vivido no local onde optaram ou foram forçados a morar. E diante de toda essa realidade precisamos abrir nossos olhos e nossos corações para que possamos superar os limites que nos aproximam do outro.

As religiões precisam se voltar para esses migrantes. É preciso criar uma ponte para que todos possam atravessar e chegar no mesmo local com segurança e dignidade, é urgente criar laços de compaixão e misericórdia. Vivemos várias crises sociais e a não podemos deixar que tais crises impeçam a pessoa ser pessoa, livre e feliz.

Jesus Cristo também foi estrangeiro e caminha ao lado de cada um e cada uma. Precisamos aprender com Ele a prática da acolhida e do cuidado com o próximo, não podemos achar que não temos responsabilidade para com o sofrimento do próximo. É hora de dialogar mais com nossos irmãos migrantes. Como Papa Francisco nos ensina, precisamos ir de encontro com essa realidade, para promover uma sociedade liberta de opressão e violação, onde todos tenham vida e a tenham em abundância.

Portanto, que possamos oferecer caminhos de promoção da dignidade e acolhida. Que o gesto de acolher a qualquer pessoa esteja vivo em nossas ações, para que nenhuma pessoa fique sem ter onde repousar. Que a sensibilidade em lutar pela vida plena se fortaleça, para que nenhum migrante seja submetido a condições de escravidão e abuso de grandes empresas. Por fim, que nossas Igrejas não tenham medo de lutar junto nas causas sociais que tanto precisam de forças e que, infelizmente, anda esquecida por pessoas e lideranças.

Referências bibliográficas:

- BOFF, L. *Virtudes para um outro mundo possível*. Petrópolis: Vozes. 2005.
- BARRETO, L. P. T. F. *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR-CONARE-Ministério da Justiça, 2010.
- PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES (PCPMI). *In*: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas;
- JOÃO PAULO II, Novo Millennio Ineunte – Carta Apostólica no término do grande Jubileu do ano 2000 (NMI). *In*: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2001/documents/hf-ii-apl_20010106_novo-millennio-ineunte.html